



PARECER CONTÁBIL

Sulina(Pr), 26 de maio de 2017.

DE: Departamento de Contabilidade
PARA: PREFEITO MUNICIPAL

Em atenção ao despacho retro, expedido por Vossa Senhoria e após análise do contido na Comunicação Interna (ofício s/n.º) do órgão solicitante, informamos a **EXISTÊNCIA DE PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** para assegurar a **Emissão da Nota de Empenho** das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto a seguir: **"CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA NOS DIAS 21 E 22 DE JULHO DE 2017". Valor total estimado: R\$ 16.950,00 dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais**", sendo que o pagamento poderá ser efetuado através da seguinte Dotação Orçamentária;

DOTAÇÕES				
Exercício	Conta despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Valor das dotações
2017	368	05.02.13.392.0009.2.015000.3.3.90.39.22.00	0 - Rec. Ord. Livres	R\$ 39.256,40

Por conta da indicação das dotações acima, atesto por consequência a compatibilidade das referidas obrigações com as peças orçamentárias vigentes: PPA, LDO e LOA. Ressalve-se, contudo, que o presente parecer restringe-se **meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas**, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de (natureza de despesa) previsão **de recursos orçamentários** no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, III e art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente: **etapa de empenho**, conforme art. 58 e seguintes da lei 4.320/64. Por fim, alerta-se ao Gestor que, acaso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas correspondentes.

É o Parecer.


RICARDO RUSCHEL
Contador Municipal





PARECER JURÍDICO I

Sulina(Pr), 26 de maio de 2017.

EMENTA: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO – MUSICAL BANDA AMÉRICA – COMPROVADA NOTORIEDADE REGIONAL - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – POSSIBILIDADE – ATENDIMENTO AO ART. 25, III, LEI 8.666/93.

1. CONSULTA

À apreciação deste Setor Jurídico, sobre o processo administrativo, referente a contratação do seguinte objeto: **“APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017”**. Valor: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais) .”.

É o breve relatório!

2. Resposta

Pois bem, os processos licitatórios têm por escopo promover a seleção da proposta mais vantajosa para Administração Pública no desenvolvimento de suas atividades. A Constituição disciplina a obrigatoriedade da realização de procedimento licitatório para as aquisições de bens ou serviços por parte da administração. Todavia, a Lei nº 8666/93 trouxe em seu bojo casos em que a licitação é inexigível.

A inexigibilidade de licitação se verifica quando há inviabilidade de competição, ou seja, torna-se impossível a competição em razão de várias situações.

Neste contexto, apresenta-se a contratação de serviços artísticos, cujo fundamento se encontra na própria subjetividade que lhes são imanentes. Ora, conforme referido no próprio ofício de solicitação, arte não é ciência, não existe parâmetro ou método objetivo pré-estabelecido. O professor Jorge Ulisses Jacoby

Município Municipal de Sulina
PR



Fernandes destaca que “é justamente a ausência de parâmetro que assegura a criatividade humana”¹

Com efeito, a contratação de serviços artísticos não está vinculada a inexistência de outros artistas que também possuem condições de prestar o serviço, pois, é notória a existência de artistas diversos em cada tipo musical.

As hipóteses de inexigibilidade de licitação estão previstas no art. 25 e incisos da Lei 8.666/93, cujo rol nos termos da pacífica doutrina é apenas exemplificativo. O Tribunal de Contas do Paraná se manifestou sobre o tema nos seguintes termos:

“Os casos de inexigibilidade de licitação não se exaurem nas disposições legais, as quais consignam, apenas exemplificativamente, algumas situações”².

Assim dispõe o art. 25, III:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Ao discorrer acerca do mencionado dispositivo o prof. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes³, assevera que para regularidade da contratação direta existem três requisitos:

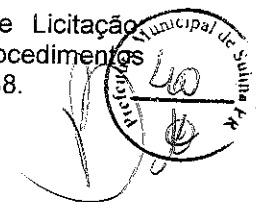
- a) Que o objeto seja o serviço de um artista profissional;
- b) Que seja feita diretamente ou mediante empresário exclusivo;
- c) Que o contratado seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Analisando-se propriamente os três requisitos, temos quanto ao primeiro ponto que Banda Mercosul é incontestavelmente composta por artistas profissionais, habilitados a cantar e a apresentar Shows, possuindo inclusive músicas de produção autoral própria.

¹ JACOBY FERNANDES, Jorge U. Contratação direta sem licitação: Dispensa de Licitação: Inexigibilidade de Licitação: Comentários às modalidades de licitação, inclusive pregão: Procedimentos exigidos para regularidade da contratação direta. 9 ed. Belo Horizonte: Fórum. 2011, p. 637.

² PARANÁ, Tribunal de Contas do Estado. Processo nº. 4707-02.00/93-5

³ JACOBY FERNANDES, Jorge U. Contratação direta sem licitação: Dispensa de Licitação: Inexigibilidade de Licitação: Comentários às modalidades de licitação, inclusive pregão: Procedimentos exigidos para regularidade da contratação direta. 9 ed. Belo Horizonte: Fórum. 2011, p. 638.





A contratação que ora se pretende é através da pessoa jurídica a qual detém os direitos de exclusividade dos shows artísticos, conforme comprovado em anexo.

Com efeito, cumprida também a segunda exigência apontada pelo autor.

O terceiro requisito diz respeito à consagração pela crítica especializada. O referido termo tem causado debate junto à doutrina, notadamente acerca do alcance geográfico do termo “crítica especializada” ou a “opinião pública”, quando a local, regional ou nacional.

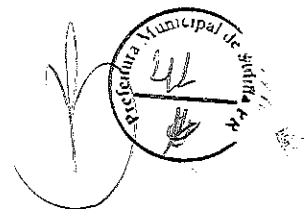
Inexiste previsão legal quanto ao referido critério. No entanto, o jurista Diógenes Gasparini sugere a adoção de um critério baseado nos limites de modalidade de licitação previstos no art. 22 da Lei 8.666/93, dependendo assim a depender do valor da contratação. Estando o valor do contrato dentro dos limites da modalidade convite, será local; Estando dentro dos limites da tomada de preço, será regional; e, nos limites da concorrência, será nacional. São as suas palavras:

Por força do estabelecido no inciso III do art. 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional, em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.⁴

Tomando-se por parâmetro a presente orientação, teríamos no caso em tela, em decorrência do valor da contratação (R\$ 16.950,00) que a consagração da opinião pública seria “local”.

Em que pese o exposto, é notório que a Banda Musical América possui conhecimento regional, fazendo shows pela região Sul do Brasil inteira, atuando em bailes sociais, carnavais, feiras e eventos de renome nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, conforme agenda de shows anexada ao processo. Neste compasso, também atendido o terceiro requisito.

⁴ GASPARINI, Diogenes. Direito Administrativo, 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 323.





Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

Convém frisar a necessidade da correta formalização do processo de inexigibilidade nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93.

Acerca da formalização do processo de inexigibilidade cita-se decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

"a) o TCDF rejeitando o recurso do Ministério Público, que pretendia que na contratação direta fosse exigido o cumprimento dos art. 27 a 31, só precisa atender o disposto no art. 26. TCDF, Processo nº. 2996/96. Decisão nº. 7.243/1997.

Por fim, imperioso que seja exigido da empresa a ser contratada as devidas certidões negativas do INSS e FGTS. O Tribunal de Contas da União já se manifestou quanto à obrigatoriedade da comprovação de regularidade perante do INSS e FTGS como requisito de habilitação – Processo nº. 020.032/93-5 – Decisão nº. 705/94.

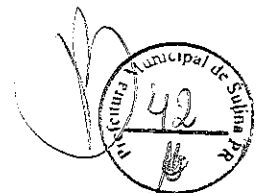
"O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator,
DECIDE:

1- firmar o entendimento de que:

a) por força do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal - que torna sem efeito, em parte, o permissivo do § 1º do art. 32 da Lei nº 8666/93 -, a documentação relativa à regularidade com a Seguridade Social, prevista no inciso IV do art. 29 da Lei nº 8666/93 e, mais discriminadamente, no art. 27-a da Lei nº 8036/90, no art. 47-I-a da Lei nº 8212/91, no art. 2º-a da IN nº 93/93-SRF e no item 4-I-a da Ordem de Serviço INSS/DARF nº 052/92 é de exigência obrigatória nas licitações públicas, ainda que na modalidade convite, para contratação de obras, serviços ou fornecimento, e mesmo que se trate de fornecimento para pronta entrega;

b) a obrigatoriedade de apresentação da documentação referida na alínea "a" **acima é aplicável igualmente** aos casos de contratação de obra, serviço ou fornecimento **com dispensa ou inexigibilidade de licitação** "ex vi" do disposto no § 3º do art. 195 da CF, citado;"

Assim, para fins de conclusão do procedimento, recomenda-se a elaboração de termo de inexigibilidade e minuta de contrato. Após, volte-se a esta assessoria para exame final de legalidade do mérito da inexigibilidade, ANTES DA RATIFICAÇÃO E ASSINATURA DE CONTRATO.





Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

1. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina esta assessoria jurídica pela possibilidade de Inexigibilidade de Licitação para a contratação da Banda Musical América, visando a apresentação artística (show) no Festival Municipal que ocorrerá nos dias 21 e 22 de julho do corrente ano.

É o Parecer.

Danielle Bordin Cenci
Advogada Concursada
OAB/PR n.º 29.805





TERMO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

"APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017". Valor: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais)

2. SOLICITANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

3. DA JUSTIFICATIVA

Conforme ofício de solicitação, "*justifica-se a contratação, tendo em vista o dever da municipalidade de prestar serviços públicos e fomentar iniciativas nas áreas relacionadas ao lazer, bem estar e cultura. Ademais disso, o fomento da atividade referida vai de encontro aos objetivos propostos na área de cultura, uma vez que proporciona oportunidades de lazer e confraternização sadias entre os munícipes, agregando valor e qualidade de vida a população, cuja qual, sem dúvidas, deve ter garantido pelo poder público, não apenas o acesso aos serviços públicos básicos, mas também os meios para que as potencialidades da vida humana possam ser desenvolvidas de modo pleno, mediante a satisfação de necessidades sociais e culturais.*"

4. RAZÃO DA INEXIGIBILIDADE

Conforme ofício de solicitação, justifica-se o pedido "*haja vista a inviabilidade de competição no que se refere a contratação de serviços artísticos. Ou seja, trata-se de objeto subjetivo decorrente da criatividade humana, que por não configurar ciência, não conta com parâmetros ou métodos objetivos pré-estabelecidos de aferição valorativa ou comparativa. Apesar da existência de outros artistas e bandas em iguais condições de prestar o serviço, é impossível estabelecer processo concorrencial entre eles a fim de determinar o contratado. Ademais disso, a presente hipótese esta prevista expressamente no art. 25 da Lei 8.666/93*".

5. FUNDAMENTO LEGAL

Art. 25, III da Lei 8.666/93.

6. CONTRATADA ESCOLHIDA:

Banda América, contratada por meio da empresa: DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME, CNPJ 11.041.683/0001-41.

7. PREÇO:

O valor total dos serviços será: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais)

8. JUSTIFICATIVA DO FORNECEDOR E PREÇO





Quanto a justificação da empresa escolhida para celebração do contrato, conforme ofício de solicitação, levou-se em consideração que é uma banda que atua em bailes sociais, carnavais, feiras e eventos de renome nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, conforme a agenda de shows abaixo, o que de fato acarretara maior atratividade ao evento a ser realizado. Quanto ao valor dos serviços, tem-se que os custos para contratação do referido show, de acordo com proposta da Banda, perfazem: R\$ 16.950,00 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais) . O referido valor está dentro das médias de preços cobrados pela Banda em outros shows realizados recentemente, conforme comprovado pela Banda mediante apresentação de contratos assinados.”.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Conforme parecer contábil, as despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das seguintes dotação(ões) orçamentária(s):

DOTAÇÕES				
Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Valor das dotações
2017	368	05.02.13.392.0009.2.015000.3.3.90.39.22	000-Rec. Ord. Livres	R\$ 39.256,40

10. PRAZO

O prazo de vigência e execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado de acordo com a legislação vigente.

11. ANEXOS:

Minuta de Contrato.

Sulina/PR, 26 de maio de 2017.


MICHELI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Licitação





**CONTRATO Nº XX/2017
 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017.**

**Contrato que entre si celebram de um lado o
 MUNICÍPIO DE SULINA e**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE SULINA, com sede na Rua Tupinambá, n. 68, na cidade de SULINA, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 80.869.886/0001-43, neste ato representado pelo Prefeito PAULO HORN, com endereço na Rua Tupinambá, 68, centro, na cidade de SULINA PR abaixo assinado, doravante designado MUNICÍPIO de um lado e de outro, CNPJ:, estabelecida à, no município de neste ato representada por seu representante legal, CPF ao fim assinado, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da **Lei 8.666/93** e suas alterações subseqüentes, ajustam o presente **Contrato de aquisição decorrência do PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 11/2017**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente CONTRATO tem por objeto o registro de preços para **“APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017”**.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇOS

2.1. Os preços, a empresa, as quantidades estimadas de contratação e as especificações dos do presente Contrato encontram-se indicados a seguir: **R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais)**.

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017	BANDA AMÉRICA	16.950,00	16.950,00
TOTAL GERAL				R\$ 16.950,00	

CLAUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato terá validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1. A Secretaria de Administração ou outro órgão competente da administração municipal, deverá requisitar os serviços, cujos quais deverão ser prestados no dia hora e local designados.

4.2. As despesas referentes à prestação de serviços, estrutura necessária e deslocamentos ficam por conta da licitante vencedora.





4.6. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas no edital e na legislação.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTRATO

5.1. O Município de Sulina não está obrigado, durante o prazo de validade, a firmar as contratações que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a contratação pretendida.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES

6.1. Constituem obrigações do órgão Gerenciador DO CONTRATO:

a. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

b. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

c. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.

6.2 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a. Executar a entrega dos serviços obedecendo rigorosamente as condições estabelecidas.

b. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas.

c. Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura.

d. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas.

e. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulados, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento dar-se-á mediante apresentação da requisição emitida pela Secretaria de Administração ou outro órgão competente, emissão de Nota Fiscal Fatura discriminando de forma clara e explícita o produto fornecido, além de ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor.

7.2. A Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal referida no item anterior deverá ainda vir acompanhada das Certidões Negativas do INSS e FGTS. **Constar na Nota Fiscal o Número desta INEXIGIBILIDADE de Licitação e do CONTRATO.**

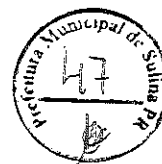
7.3. Os pagamentos devidos serão depositados, na conta corrente ou conta poupança que a CONTRATADA deverá manter preferencialmente junto ao BANCO DO BRASIL, em atenção a instrução normativa nº. 045/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. É DEVER DO FORNECEDOR: informar o nome e o número do banco, da agência e da conta bancária da empresa, para o depósito.

7.4. O pagamento será até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso da data do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

7.5. O pagamento efetuado não isentará a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.6. O Município de Sulina efetuará o desconto do valor relativo aos tributos, conforme legislação vigente.

7.7. Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.





7.8. A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 15 de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

7.9 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

7.10 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES			
Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso
2017	368	05.02.13.392.0009.2.015000.3.3.90.39.22	000-Rec. Ord. Livres

Para os demais exercícios financeiros as despesas serão por conta das dotações orçamentárias de cada ano/exercício.

CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIO DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS:

8.1. Se for verificada variação nos preços de mercado para menor do contratado, a administração poderá, proceder a recomposição de preços, independentemente da anuência contratada, nos termos do disposto no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8666/93.

8.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3. A solicitação deverá ser feita mediante requerimento formal do contratado acompanhado de justificativas e documentos que comprovem o desequilíbrio da equação econômico-financeira, protocolizados no Protocolo da Prefeitura Municipal de SULINA, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

8.4. Serão incorporados a este CONTRATO, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **PREFEITURA e CONTRATADA**, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de compras e serviços.

8.5 - A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DA CONTRATO

9.1 – O Órgão Gerenciador da CONTRATO será o Município de Sulina, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Cultura.

9.2 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

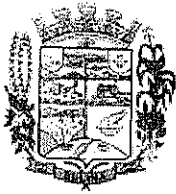
CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DA CONTRATO

10.1. – A execução da CONTRATO, objeto da licitação, poderá ser suspenso ou rescindido nos casos previstos na Lei de Licitações, como também nos seguintes casos:

a) Pelo Município de SULINA, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem o CONTRATO ou pela não observância das normas legais;

b) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da CONTRATO.





c) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeita Municipal.

10.2. A solicitação da CONTRATADA, para rescisão da CONTRATO deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO, caso não aceitas as razões do pedido.

10.3. O presente CONTRATO poderá ser extinto automaticamente pelo cumprimento das obrigações, termo final de vigência e ainda rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA- DAS PENALIDADES

11.2. Pela inexecução total ou parcial da CONTRATO, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá de 10% a 30% (dez a trinta por cento) sobre o valor total da CONTRATO.

11.3. A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao MUNICÍPIO DE SULINA, inclusive sobre as custas decorrente de abertura de nova contratação substitutiva.

11.4. Alternativamente, as multas pelo atraso na execução da entrega poderão ser aplicadas ao valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso até o limite máximo total de trinta por cento (30%) do total do CONTRATO, quando então será caracterizada a inexecução total CONTRATO, com as conseqüências dela advindas.

11.5. As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras.

11.6. O valor da multa será descontado dos eventuais créditos devidos pela Administração ou ainda cobrada administrativa ou judicialmente.

11.7. No caso de aplicação das penalidades previstas, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato sendo aberta vista do processo aos interessados tanto pra o prazo de recurso como para o prazo de defesa prévia.

11.8. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PARTES INTEGRANTES

12.1. As condições estabelecidas na **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 11/2017** e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

12.2. Serão incorporados a este CONTRATO, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **PREFEITURA e CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A execução do CONTRATO, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral CONTRATOS e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.

13.2. Faz parte integrante, os documentos integrantes da **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 11/2017** e a proposta de preços conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais documentos da licitação que sejam pertinentes, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos naquilo que não contrariar as presentes disposições.





Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85665-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

13.3. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar A CONTRATO e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 11/2017**.

13.4. As partes firmam o presente instrumento em **02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados)** de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a **Comarca de São João, Estado do Paraná**, não obstante qualquer mudança de domicílio da **CONTRATADA**, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

SULINA, 09 de junho de 2017.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Empresa contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal
Contratante

GILBERTO JOÃO ROSSI
Secretário Municipal De Cultura
Gestor responsável pela fiscalização do contrato

Testemunhas:

NOME:
RG:

NOME:
RG:





PARECER JURÍDICO II

Sulina(Pr), 26 de maio de 2017.

Pois bem, após findadas todas as tramitações devidas, etapas e fases habituais do procedimento de processo licitatório, sobreveio então os autos para apreciação e exame final desta Assessoria Jurídica sobre aspectos de juridicidade, referente à contratação direta e emergencial do seguinte objeto: "APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017". Valor: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais).

A presente análise, encomendada por cautela do Exmo Sr. Prefeito Municipal, destina-se ao prévio e preventivo controle de legalidade indispensável a derradeira ratificação do procedimento.

Sendo assim, após detido estudo e conferência minuciosa dos autos, especialmente os atos finais (termo de INEXIGIBILIDADE de licitação elaborado pelo Departamento de Licitações, contendo a justificativa da escolha da empresa contratada e a minuta do contrato, parece-nos que não houve quaisquer vícios de legalidade, seja formal e/ou material capaz de comprometer a higidez do processo de contratação. Observa-se apenas as ressalvas e recomendações já constantes no parecer jurídico I deste processo.

Desta forma, não havendo questões jurídicas a serem sanadas, bem como não havendo recomendações de quaisquer espécies, no que pertine às exigências constantes na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais preceitos e princípios aplicáveis, somos pela ratificação do presente processo de INEXIGIBILIDADE de Licitação.

Ressalve-se, contudo, que o presente parecer restringe-se apenas ao controle de legalidade, restando ainda ao Gestor Municipal, antes da homologação, a necessidade de aferir a oportunidade e conveniência do ato.

Por fim atente-se ao prazo de publicação da ratificação, como condição para a eficácia dos atos, previsto no art. 26 da lei 8.666/93 5 (cinco) dias.

É o Parecer.


Danielle Bordin Cenci
Advogada Concursada
OAB/PR n.º 29.805





Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA
Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO
CNPJ 80.869.886/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
www.sulina.pr.gov.br

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

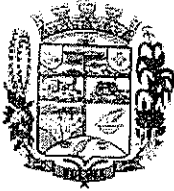
Sulina(Pr), 26 de maio de 2017.

DE: PREFEITO MUNICIPAL
PARA: Comissão de licitações;

Tendo em vista as recomendações e o teor favorável dos pareceres exarados pelos setores competentes do Município, especialmente o exame de legalidade positivo, bem como considerando ainda o mérito em si da contratação proposta, plenamente compatível com o interesse público refletido no caso concreto na necessidade imediata da população de sulina de acesso ao objeto proposto, **RATIFICO** a contratação direta e emergencial POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO do seguinte objeto: "APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017". Valor: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais)" e **DETERMINO** à adoção das medidas competentes necessárias. Dê-se a publicidade e divulgação recomendada nos exatos termos do parecer jurídico retro.

PAULO HORN
Prefeito Municipal





Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA
Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO
CNPJ 80.869.886/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
www.sulina.pr.gov.br

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

Fundamentado no Art. 25, III, da Lei nº. 8.666/93, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE de licitação para contratação "APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017".

Contratante: Município de SULINA-PR

CNPJ: 80.869.886/0001-43

Contratada: BANDA AMÉRICA, intermediada por DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ 11.041.683/0001-41

Vigência: DE 26/05/2017 ATÉ 01/09/2017."

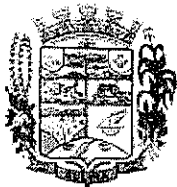
Valor: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais) .

Fundamento: Art. 25, III, da Lei nº. 8.666/93

Sulina, 26 de maio de 2017.


PAULO HORN
Prefeito Municipal





Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO NO MURAL DO TCE

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL

COMPROVANTE DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO ELETRÔNICO



[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

Entidade Executora MUNICÍPIO DE SULINA
Ano* 2017
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade* 11
Modalidade* Processo Inexigibilidade
Número edital/processo* 110
Instituição Financeira Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito
Contrato de Empréstimo
Descrição Resumida do Objeto* APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017
Dotação Orçamentária* 0502133920009201500033903922
Preço máximo/Referência de preço - R\$* 16.950,00
Data Publicação Termo ratificação 26/05/2017
Data Cancelamento

 CPF: 4640182937,0 ([Logout](#))



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

CONTRATO Nº 146/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SULINA/PR E A EMPRESA: DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME

O **MUNICÍPIO DE SULINA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 80.869.886/0001-43, estabelecido à Rua Tupinambá, nº 68, nesta cidade, representado por seu Prefeito, senhor Paulo Horn, portador do CPF nº 554.075.529-49, residente e domiciliado na cidade de Sulina/PR, ora denominado **CONTRATANTE** e a empresa **DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à RUA VEREADOR ROMARIO RODRIGUES DE LIMA, 1189, SANTA RITA, no Município de MARMELEIRO, com CNPJ nº 11.041.683/0001-41, neste ato representado por, DARCI ANTONIO ZATTERA portador do CPF nº 513.535.809-97 e do RG nº 1192302, a seguir denominada **CONTRATADA**, estando as partes sujeitas as normas da **Lei 8.666/93** e suas alterações subseqüentes, ajustam o presente **Contrato de aquisição decorrência do PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 11/2017**, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente **CONTRATO** tem por objeto a contratação de **"APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017"**.

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇOS

2.1. Os preços, a empresa, as quantidades estimadas de contratação e as especificações dos do presente Contrato encontram-se indicados a seguir: **R\$ 16.950,00 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta reais)**.

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	01	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017	BANDA AMÉRICA	16.950,00	16.950,00
TOTAL GERAL				R\$ 16.950,00	

CLAUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato terá validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO

4.1. A **Secretaria de Administração** ou outro órgão competente da administração municipal, deverá requisitar os serviços, cujos quais deverão ser prestados no dia hora e local designados.



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA
Rua Tupinambá, 55 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO
CNPJ 80.959.866/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
www.sulina.pr.gov.br

4.2. As despesas referentes à prestação de serviços, estrutura necessária e deslocamentos ficam por conta da licitante vencedora.

4.3. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas no edital e na legislação.

CLÁUSULA QUINTA - DO CONTRATO

5.1. O Município de Sulina não está obrigado, durante o prazo de validade, a firmar as contratações que dele poderão advir, podendo realizar licitações específicas para a contratação pretendida.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES

6.1. Constituem obrigações do órgão Gerenciador DO CONTRATO:

- a. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- b. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- c. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas.

6.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a. Executar a entrega dos serviços obedecendo rigorosamente as condições estabelecidas.
- b. Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas.
- c. Viabilizar o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura.
- d. Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas.
- e. Obrigar-se ao acréscimo de 25% (vinte cinco por cento), estipulados, conforme art. 65, § 1º da Lei 8.666/93.

CLAUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento dar-se-á mediante apresentação da requisição emitida pela Secretaria de Administração ou outro órgão competente, emissão de Nota Fiscal Fatura discriminando de forma clara e explícita o produto fornecido, além de ser indicado o nome do Banco, nome e número da agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor.

7.2. A Nota Fiscal Fatura ou Nota Fiscal referida no item anterior deverá ainda vir acompanhada das Certidões Negativas do INSS e FGTS. Constar na Nota Fiscal o Número desta **INEXIGIBILIDADE de Licitação e do CONTRATO.**

7.3. Os pagamentos devidos serão depositados, na conta corrente ou conta poupança que a CONTRATADA deverá manter preferencialmente junto ao BANCO DO BRASIL, em atenção a instrução normativa nº. 045/2010 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. É DEVER DO FORNECEDOR: informar o nome e o número do banco, da agência e da conta bancária da empresa, para o depósito.

7.4. O pagamento será até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal, devidamente atestada pela unidade competente. No caso da data do pagamento ocorrer em dia sem expediente na Prefeitura, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

The image shows a large, stylized handwritten signature in black ink. To the right of the signature is a circular official stamp. The stamp contains the text 'Município Municipal de Sulina - Paraná' around the perimeter, with the number '53' in the center. There is also a small handwritten mark or initials inside the stamp.



Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO
CNPJ 80.869.886/0001-43
prefeitura@sulina.pr.gov.br
~~www.sulina.pr.gov.br~~

7.5. O pagamento efetuado não isentará a CONTRATADA das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.6. O Município de Sulina efetuará o desconto do valor relativo aos tributos, conforme legislação vigente.

7.7. Se a empresa for optante do Simples Nacional, deverá constar na Nota Fiscal.

7.8. A data para entrega das Notas Fiscais será até o dia 15 de cada mês, após esta data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

7.9 - As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas e seu vencimento ocorrerá 15 (quinze) dias após a data da sua reapresentação.

7.10 - Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação ocorrerão por conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias:

DOTAÇÕES			
Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso
2017	368	05.02.13.392.0009.2.015000.3.3.90.39.22	000-Rec. Ord. Livres

Para os demais exercícios financeiros as despesas serão por conta das dotações orçamentárias de cada ano/exercício.

CLÁUSULA OITAVA - CRITÉRIO DE ALTERAÇÃO DE PREÇOS:

8.1. Se for verificada variação nos preços de mercado para menor do contratado, a administração poderá, proceder a recomposição de preços, independentemente da existência contratada, nos termos do disposto no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8666/93.

8.2. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3. A solicitação deverá ser feita mediante requerimento formal do contratado acompanhado de justificativas e documentos que comprovem o desequilíbrio da equação econômico-financeira, protocolizados no Protocolo da Prefeitura Municipal de SULINA, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

8.4. Serão incorporados a este CONTRATO, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **PREFEITURA e CONTRATADA**, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de compras e serviços.

8.5. A contratada ficará obrigada a repassar para a contratante, na proporção correspondente, eventuais reduções de preços, decorrentes de mudança de alíquotas de impostos incidentes sobre o fornecimento do objeto, em função de alterações na legislação pertinente.

CLÁUSULA NONA – DO GESTOR DA CONTRATO

9.1. O Órgão Gerenciador da CONTRATO será o Município de Sulina, que exercerá suas atribuições por intermédio da Secretaria de Cultura.

9.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas a autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA – CANCELAMENTO DA CONTRATO



10.1. A execução da CONTRATO, objeto da licitação, poderá ser suspenso ou rescindido nos casos previstos na Lei de Licitações, como também nos seguintes casos:

- a) Pelo Município de SULINA, quando for por este julgado que o fornecedor esteja definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da licitação que deu origem o CONTRATO ou pela não observância das normas legais;
- b) Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditivo da execução da CONTRATO.
- c) *Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Prefeita Municipal.*

10.2. A solicitação da CONTRATADA, para rescisão da CONTRATO deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultado à Prefeitura a aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO, caso não aceitas as razões do pedido.

10.3. O presente CONTRATO poderá ser extinto automaticamente pelo cumprimento das obrigações, termo final de vigência e ainda rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial da CONTRATO, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá de 10% a 30% (dez a trinta por cento) sobre o valor total da CONTRATO.

11.2. A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilização do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao MUNICÍPIO DE SULINA, inclusive sobre as custas decorrente de abertura de nova contratação substitutiva.

11.3. Alternativamente, as multas pelo atraso na execução da entrega poderão ser aplicadas ao valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso até o limite máximo total de trinta por cento (30%) do total do CONTRATO, quando então será caracterizada a inexecução total CONTRATO, com as conseqüências dela advindas.

11.4. As sanções são independentes. A aplicação de uma não exclui a das outras.

11.5. O valor da multa será resarcido dos eventuais créditos devidos pela Administração ou ainda cobrada administrativa ou judicialmente.

11.6. No caso de aplicação das penalidades previstas, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato sendo aberta vista do processo aos interessados tanto pra o prazo de recurso como para o prazo de defesa prévia.

11.7. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PARTES INTEGRANTES

12.1. As condições estabelecidas na **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 11/2017** e na proposta apresentada pela empresa ora **CONTRATADA**, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição.

12.2. Serão incorporados a este CONTRATO, mediante termos aditivos quaisquer modificações que venham a ser necessários durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela **PREFEITURA e CONTRATADA**.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS


13.1. A execução do CONTRATO, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral CONTRATOS e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII, do art. 55, do mesmo diploma legal.


13.2. Faz parte integrante, os documentos integrantes da **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 11/2017** e a proposta de preços conforme estabelece a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e demais documentos da licitação que sejam pertinentes, aplicando-se-lhe todos os seus dispositivos naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13.3. A CONTRATADA deverá manter, enquanto vigorar A CONTRATO e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 11/2017**.

13.4. As partes firmam o presente instrumento em **02 (duas) vias (impressas por sistema eletrônico de dados)** de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a **Comarca de São João, Estado do Paraná**, não obstante qualquer mudança de domicílio da **CONTRATADA**, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Sulina/PR, 01 de junho de 2017



 Município de Sulina
 Paulo Hom - Prefeito
 Contratante

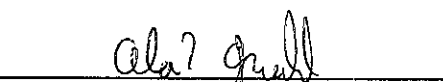

DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME
 CNPJ nº 11.041.683/0001-41
 DARCI ANTONIO ZATTERA
 CPF nº 513.535.809-97

Darci Antonio Zattera e Cia LTDA
 CNPJ 11.041.683/0001-41
 Rua Romário Rodrigues de Lima, 1189
 Santa Rita - CEP 85.615-000
 Marmeleiro - PR


GILBERTO JOÃO ROSSI
 Secretário Municipal De Cultura
 Gestor responsável pela fiscalização do contrato

Testemunhas:


 NOME:
 RG: 10.189.582.2


 NOME:
 RG: 20.308.838.0





Estado do Paraná
Prefeitura Municipal de
SULINA

Rua Tupinambá, 68 - Fone: (46) 3244-8000 - Centro - CEP 85565-000 - Sulina - Paraná

PAÇO MUNICIPAL 25 DE JULHO

CNPJ 80.869.886/0001-43

prefeitura@sulina.pr.gov.br

www.sulina.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2017

CONTRATADA	DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME	CNPJ	11.041.683/0001-41
OBJETO	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017		
LICITAÇÃO	Inexigibilidade Nº 11/2017		
VALOR	16.950,00 (dezesseis mil novecentos e cinquenta reais)		
VIGÊNCIA	01/09/17 FORO: Comarca de São João - PR		



Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Sexta-Feira, 02 de Junho de 2017

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano VI – Edição Nº 1369

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

Fundamentado no Art. 25, III, da Lei nº. 8.666/93, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE de licitação para contratação "APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017".

Contratante: Município de SULINA-PR

CNPJ: 80.869.886/0001-43

Contratada: BANDA AMÉRICA, intermediada por DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ 11.041.683/0001-41

Vigência: DE 26/05/2017 ATÉ 01/09/2017."

Valor: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais).

Fundamento: Art. 25, III, da Lei nº. 8.666/93

Sulina, 26 de maio de 2017. PAULO HORN, Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2017

CONTRATADA	DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME	CNPJ	11.041.683/0001-41
OBJETO	APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADO NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017		
LICITAÇÃO	Inexigibilidade Nº 11/2017		
VALOR	16.950,00 (dezesesseis mil novecentos e cinquenta reais)		
VIGÊNCIA	01/09/17 FORO: Comarca de São João-PR		

Cop256748





PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

Estado do Paraná

Avenida Clevelandia, 521 - Cr. P. 111 Fone/Fax (41) 3263-7000
 CEP 95.555-000 E-Mail: pcp@palmas.pr.gov.br Palmas - Paraná

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

EDITAL 43

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, Dr. Kosmos Panayotis Nicolau, no uso das atribuições legais e de acordo com o Edital nº 01/2016, referente ao Concurso Público nº 01/2016.

RESOLVE:

Fica ampliado o número de vagas para os cargos admitidos relacionados, referente ao concurso Público nº 01/2016, Edital 061/2016, da seguinte maneira:

Denominação da Cargo	Vagas ampliatas
MERHENDIEIRA	1

Prefeitura Municipal de Palmas-PR, 31 de maio de 2017

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

EDITAL 45

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, Dr. Kosmos Panayotis Nicolau, no uso das atribuições legais e de acordo com o Edital nº 01/2016, referente ao Concurso Público nº 01/2016.

RESOLVE:

Fica ampliado o número de vagas para os cargos admitidos relacionados, referente ao Concurso Público nº 01/2016, Edital 061/2016, da seguinte maneira:

Denominação da Cargo	Vagas ampliatas
MOTORIZISTA	5

Prefeitura Municipal de Palmas - PR, 31 de maio de 2017

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.023

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na alínea "a" do art. 99 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 96 da Lei Municipal nº 1668; Considerando o Memorando nº 0623/2017, datado de 23 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Ação Social, considerando o Memorando nº 0893/2017, datado de 25 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Administração; Considerando o Memorando nº 1004/2017, datado de 24 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Educação, considerando, ainda, o Memorando nº 0977/2017, datado de 22 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Educação; resolve:

REMOVER

Art. 1º - Os funcionários abaixo relacionados, a contar de 1º de junho de 2017:

Funcionário	CPF	Regime	Função	Remover de:	Para:
Roseli Mouriques	018.204.030-98	Concurso	Professor de Educação Fundamental - Infantil - 1º ano	Departamento de Educação - Escola do Campo Isolda Barrocas	Departamento de Educação - CMEI Ta Carmo
Jorge dos Santos	894.367.879-68	Concurso	Motorista veículo pesado	Departamento de Educação	Departamento de Saúde
Marcelo Matus	848.527.746-91	Concurso	Operador de trato	Departamento de Infraestrutura	Departamento de Assistência Social
Maria Zaira dos Santos Schweickart	697.659.259-70	Concurso	Vaga/Guardador(a) de sala	Departamento de Educação	Departamento de Assistência Social

Art. 2º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR., 31 de maio de 2017.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.025

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na alínea "a" do art. 99 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 96 da Lei Municipal nº 1668; Considerando o Memorando nº 1053/2017, datado de 31 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Educação; resolve:

NOMEAR

Art. 1º - Fica inclusa na lista de professores, abaixo relacionada para Ação Extracurricular, a contar de 1º de junho de 2017:

Nome	CPF	Período	Instituição de Ensino
Carla Rosane Gueres	035.408.649-40	Mat.	Escola Municipal São Sebastião

Art. 2º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR., 31 de maio de 2017.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.027

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na alínea "a" do art. 99 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 96 da Lei Municipal nº 1668; Considerando o Memorando nº 01032/2017, datado de 26 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Educação; resolve:

CONCEDER

Art. 1º - Fica concedida gratificação a Professora abaixo listada, na função de Professora Alfabetizadora, a contar de 1º de junho de 2017.

Nome	CPF	Padrão	Escola	Porcentagem
Adriana Oliveira Ricardo	038.570.879-18	1º padrão	CMEI Menino Deus	10%

Art. 2º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR., 31 de maio de 2017.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.028

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, Dr. Kosmos Panayotis Nicolau, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 37, inciso II, da Constituição Federal, art. 87 da Lei Orgânica Municipal; Considerando o Memorando nº 0201/2017, datado de 31 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos - RH; Considerando o Memorando nº 01047/2017, datado de 30 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Educação; Considerando o término do contrato das Auxiliares de Serviços Gerais (feminino) - PSS, contratadas através do PSS nº 01/2014 - F, resolve;

EXONERAR

Art. 1º - A funcionária abaixo relacionada, a contar de 1º de junho de 2017.

Auxiliar de Serviços Gerais (Feminino) - PSS			
Nome	CPF	Matrícula	Admissão
Zenilda dos Santos do Paula	972.109.519-20	3206502	01/06/2015

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR., 31 de maio de 2017.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.030

O Prefeito Municipal de Palmas, PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 89, inciso II, letras "a" da Lei Orgânica Municipal, combinado com a parte final do inciso II do art. 37 da Constituição Federal; Considerando a classificação do concurso 01/2016; Considerando o Memorando nº 0202/2017, datado de 31 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos - RH; Considerando o Memorando nº 01049/2017, datado de 30 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Educação; Considerando a aprovação no Concurso Público nº 01/2016; Considerando, ainda, o edital de convocação nº 39; resolve:

NOMEAR

Art. 1º - O servidor abaixo relacionado, a contar de 1º de junho de 2017.

Nome	CPF	Nível	Local
Luiz Carlos de Campos	062.186.869-00	V, Ref. 01	Departamento de Educação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR., 31 de maio de 2017.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.031

O Prefeito Municipal de Palmas, PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 89, inciso II, letras "a" da Lei Orgânica Municipal, combinado com a parte final do inciso II do art. 37 da Constituição Federal; Considerando a classificação do concurso 01/2014; Considerando o Memorando nº 0203/2017, datado de 31 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Recursos Humanos - RH; Considerando o Memorando nº 1137/2017, datado de 31 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Saúde; Considerando a aprovação no Concurso Público nº 01/2014; Considerando, ainda, o edital de convocação nº 113; resolve:

NOMEAR

Art. 1º - A servidora abaixo relacionada, a contar de 1º de junho de 2017.

Nome	CPF	Nível	Local
Bruna Pertusati	054.311.639-57	XIII - 01	Departamento de Saúde

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
 Prefeitura Municipal de Palmas, PR., 31 de maio de 2017.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 17.022 - Considerando o Memorando nº 1028/2017, datado de 26 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Educação; resolve - ALTERAR - Art. 1º. A Portaria nº 16.810/2017, que nomeou o Sr. LUCAS PALLAORO CARAMORI, portador do RG nº 6.487.971-1 e inscrito no CPF/MF nº 082.892.829-07, para desempenho do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Informática, junto ao Departamento de Educação, percebendo o equivalente a simbologia CC04, a contar de 1º de junho de 2017.

PORTARIA Nº 17.024 - Considerando o Protocolo nº 02915/2017, datado de 28 de maio de 2017; resolve - EXONERAR - Art. 1º - A pedido, o Sr. ARGEMIRO PADILHA DO MOCIMENTO FILHO, portador do RG nº 5.719.030-2 e inscrito no CPF/MF nº 825.988.089-00, função de Auxiliar de Serviços Gerais (HOMENS) - PSS, admitido em 01.06.2016, lotado junto ao Departamento de Infraestrutura, a contar de 1º de junho de 2017.

PORTARIA Nº 17.025 - Considerando a Lei Federal Nº 4.320/64, a Lei Complementar Nº 101/00, Lei Municipal Nº 2.241/14, Lei Municipal Nº 2.252/14, e Decreto Nº 2.816/12; Considerando o Memorando nº 0353/2017, datado de 30 de maio de 2017, expedido pelo Departamento de Urbanismo; resolve - AUTORIZAR - Art. 1º - O Sr. LUCAS MATHEUS ARALDI, portador do RG nº 13.413.760-6 e inscrito no CPF/MF nº 104.124.369-30, para desempenho do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Acompanhamentos e Contratos, junto ao Departamento de Urbanismo, em nome do Diretor do Departamento de Urbanismo, o Sr. Renato Vescovo, a realizar a reabre de editais de editais de serviços.

PORTARIA Nº 17.029 - Considerando o Protocolo nº 2945/2017, datado de 29 de maio de 2017; resolve - EXONERAR - Art. 1º - A pedido, a Sra. ARLETE DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA, portadora do RG nº 7.523.684-0 e inscrita no CPF/MF nº 021.915.869-02, função de Auxiliar de Serviços Gerais (MULHERES), admitida em 24.03.2008, lotada junto ao Departamento de Educação, a contar de 1º de junho de 2017.

DECRETO Nº 3.331 - Súmula: "Declara de utilidade pública para fins de desapropriação áreas destinadas à construção de centro poliesportivo no Bairro São Francisco, - CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal de implantar novas áreas para lazer e esporte na cidade de Palmas, visando o atendimento aos anseios da população palmerense; CONSIDERANDO que a implantação de nova área de lazer e esporte (centro poliesportivo) no Bairro São Francisco, sendo o seguinte imóvel urbano: área existente de 11.768,27 m² (onze mil, setecentos e sessenta e oito metros quadrados e vinte e sete centímetros quadrados) e área documentada de 12.112,00 m² (doze mil e cento e doze metros quadrados), de propriedade de MARGARETH FORMIGHERI CANTU, (imóvel matriculado sob os nºs 3.638 e 4.801, do Cartão de Registro de Imóveis desta Comarca, está situado no Quadro Urbano desta Cidade, no bairro São Francisco, e forma em conjunto e em seu todo atualmente o Lote nº 802 da Quadra nº 83, cadastrado na Prefeitura Municipal de Palmas, sob o nº 01.02.083.0802.001, localizado na Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, no lado par do arruamento, e seu número predial será 676, com as seguintes divisões e confrontações: - Ao Norte: Divide com a Rua Dr. José Joaquim de Araújo Perpétuo, medindo 14,25 metros, com o Lote nº 660, de Nestor Sebben & Cia. Ltda., medindo 28,07 metros, e com o Lote nº 650, de Odilon Luiz Scopel, medindo 28,11 metros;

- Ao Sul: Divide com o Lote nº 38, de Paulo Indio Ferreira, medindo 4,58 metros, com o Lote nº 80, de Luiza Teresinha Kruger, medindo 12,00 metros, com o Lote nº 62, de Mecanosul Transportes Rodoviários Ltda., medindo 12,00 metros, e com o Lote nº 112, de Romeu Schaffer, medindo 49,39 metros;

- A Leste: Onde faz frente com a Rua Bento Munhoz da Rocha Neto, com os seguintes segmentos: 22,51 metros, 55,76 metros, 30,62 metros, 25,51 metros e 15,25 metros;

- A Oeste: Divide com o Lote nº 725, de Nestor Mikilita, com os seguintes segmentos: 128,25 metros, e 40,05 metros.

Art. 2º - A necessidade pública da desapropriação é declarada com caráter urgente, sendo necessária a imediata imissão na posse definitiva do imóvel pelo Município de Palmas, de acordo com o artigo anterior, possibilitando a implantação de nova área de lazer e esporte (centro poliesportivo) no Bairro São Francisco, conforme consta no caput do art. 1º do presente Decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolau
Prefeito Municipal A Publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no mural de publicações da PMP, bem como, no seguinte endereço eletrônico: AMSOP.DIOEMS.COM.BR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2017, DE 26 DE MAIO DE 2017.

"APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA BANDA AMÉRICA A SER REALIZADA NO FESTIVAL MUNICIPAL, NO CENTRO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE SULINA-PR, DIAS 21 A 22 DE JULHO DE 2017"

EXTRATO DE CONTRATO Nº 146/2017, DE 1º DE JUNHO DE 2017.

"CONTRATADA: DARCI ANTONIO ZATTERA E CIA LTDA ME CNPJ: 11.041.683/0001-41"

A publicação na íntegra do ato acima encontra-se disponível no seguinte endereço eletrônico: <http://amsop.dioems.com.br>, edição do dia 02 de junho de 2017, conforme Lei Autorizativa nº 714 de 02 de março de 2012.

SÚMULA DE PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL PREVIA

Adelfo José Kretz torna público que requereu ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o Pedido de Licença Ambiental Prévia, para Empreendimento Indústria Familiar de Produtos Alimentícios e Bebidas Artesanais, no local do município de Pato Branco, comunidade Fazenda da Barra, Paraná, Município de minado estudo de Impacto ambiental.